



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 03/04/2024

CPAQS
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Guilherme
Melo
para relatar.

Em 10/04/24

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 41 DE 2024 de autoria do deputado Franzé Silva;

Dispõe sobre a gratuidade de acesso aos cinemas, estádios, ginásios esportivos, parques aquáticos e demais estabelecimentos que forneçam serviços de entretenimento e acesso à cultura, esporte e lazer no Estado do Piauí para pessoas com Síndrome de Down.

I. RELATÓRIO

O Deputado Franzé Silva apresentou à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí o Projeto de Lei nº 41/2024, que "dispõe sobre a gratuidade de acesso aos cinemas, estádios, ginásios esportivos, parques aquáticos e demais estabelecimentos que forneçam serviços de entretenimento e acesso à cultura, esporte e lazer no Estado do Piauí para pessoas com Síndrome de Down".

O projeto tem como objetivo assegurar a gratuidade de acesso a esses estabelecimentos para pessoas com Síndrome de Down, promovendo a inclusão social e o acesso ao lazer, à cultura e ao esporte.

É o relatório, devemos então verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

II. VOTO DO RELATOR

Para tanto, apresento, de acordo com os artigos 155, parágrafo único e 156 do regimento interno desta casa, parecer onde examino o projeto de lei que ora encontra-se sob análise.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A função Legislativa está sendo exercida na análise da proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 97 e art. 142, do Regimento interno.

A proposição está em conformidade com a Constituição Federal, especialmente no que tange aos direitos sociais, incluindo o lazer, como direitos fundamentais assegurados pelo art. 6º. Adicionalmente, a Lei nº 7.853/1989 impõe ao poder público a obrigação de garantir o pleno exercício dos direitos básicos das pessoas com deficiência, incluindo o direito ao lazer.

A medida proposta visa ampliar o acesso às diversas formas de expressão cultural, prática esportiva e momentos de lazer, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento integral das pessoas com Síndrome de Down. A participação em atividades recreativas e interação com outras crianças e jovens não só estimula o desenvolvimento motor e cognitivo dessas pessoas, mas também proporciona oportunidades tangíveis de crescimento pessoal.

A presença ativa de pessoas com Síndrome de Down em espaços culturais, esportivos e de lazer enriquece a experiência de toda a comunidade. A inclusão desses indivíduos contribui significativamente para a diversidade e tolerância, promovendo um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Verifico também que não existem impedimentos segundo o artigo 75 da Constituição Estadual, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Lei nesta Comissão.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa do nobre Parlamentar, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua **Aprovação**.

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após discussão e deliberação resolve pela:

- ☒ (X) Aprovação.
- ☐ () Aprovação com Emenda.
- ☐ () Aprovação com Substitutivo.
- ☐ () Rejeição.



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

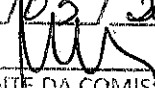
- () Transformação em Indicativo.
() Aprovado em reunião conjunta.


**SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA EM TERESINA/PI, 27 DE MAIO DE 2024.**


Deputado Gustavo Neiva

Relator



APROVADO À UNANIMIDADE
EM: 28/05/2024

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justiça



5

